

LÍNGUA IMAGINÁRIA E LÍNGUA FLUIDA: EM DEFESA DO ENSINO E NORMATIZAÇÃO DO CRIOULO GUINEENSE

Laura Camila dos Santos Santana

Mestranda em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, Brasil

Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez

Doutora em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil.

Professora Titular, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, Brasil.

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD).

Silvana Silva de Farias Araújo

Doutora em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil.

Professora Adjunta, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, Brasil.

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos-PPGEL/UEFS.

RESUMO: O presente trabalho discorre sobre aspectos da sócio-história do português no continente africano, mais especificamente na Guiné-Bissau e sobre as circunstâncias que favoreceram o surgimento de uma língua crioula neste país. Destaca-se a relação de coexistência de duas línguas, uma legitimada pelo colonizador e a outra nacional que permite a comunicação entre os falantes de várias línguas africanas. Enquanto uma representa a língua de prestígio e de possibilidade de ascensão social, a outra não garante o acesso à educação formal, sendo, dessa forma, estigmatizada. A insistência do ensino formal baseado na língua do colonizador tem feito surgir movimentos em defesa da língua crioula. Esta pesquisa, embasada no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso peuchetiana (AD), concentra-se no discurso do movimento *kriolofonia*, enunciado pelo sociólogo Spencer Embaló, que enuncia, a partir da posição de defesa do crioulo como a língua de ensino e cultura, as formações discursivas e ideológicas às quais está vinculado, mediante condições de produção específicas. Para tanto, considera-se o texto da entrevista realizada pela rádio *Voaportuguês* com o organizador da III Semana de *kriolofonia*. Embora este estudo tenha sido realizado a partir de um viés discursivo, foi necessário, com fins de análise, recorrer a aspectos linguísticos e sociais para fundamentar e ampliar a análise.

PALAVRAS-CHAVE: Contato linguístico. Análise de discurso. Formação ideológica

ABSTRACT: This paper discusses aspects of Portuguese socio-history in the African continent, specifically in Guinea-Bissau, and on the circumstances that favored the emergence of a Creole language in this country. It stands out the relation of coexistence of two languages, one legitimized by the colonizer and the other national one that allows the communication between the speakers of several African languages. While one represents the language of prestige and possibility of social advancement, the other does not guarantee access to formal education, and is thus stigmatized. This insistence on formal education based on the language of the colonizer has given rise to movements in defense of the Creole language. This research, based on the theoretical-methodological

framework of the Analysis of the Peuchetian Discourse (AD), focuses on the discourse of the kriolofonia movement, enunciated by the sociologist Spencer Embaló, who states, from the position of defense of the Creole as the language of teaching and culture, the discursive and ideological formations to which it is linked, through specific production conditions. To do so, we consider the text of the interview conducted by the Voaportuguês radio with the organizer of the III Week of kriolofonia. Although this study was carried out from a discursive bias, it was necessary, for purposes of analysis, to use linguistic and social aspects to base and broaden the analysis.

KEY WORDS: Linguistic contact. Discourse analysis. Ideological formation

PRIMEIRAS PALAVRAS

A compreensão sobre o modo de constituição e desenvolvimento das línguas sempre foi um questionamento no campo das pesquisas linguísticas. Dentre os vários fatores que podem interferir para a formação e desenvolvimento de novas línguas, a hipótese do contato é a que vem alcançando cada vez mais espaço no âmbito das discussões acadêmicas. A lusofonia é o resultado do processo de expansão colonialista da língua portuguesa, empreendida nas grandes navegações que se reflete até hoje nos modelos de educação formal. Nesse sentido, vários trabalhos começam a surgir no intuito de verificar as semelhanças existentes entre as variedades do português, pois em cada espaço onde essa língua foi imposta, a realidade sociolinguística desenvolveu-se de forma distinta, fruto dos processos históricos e sociais envolvidos. Alguns pesquisadores procuraram modificar os parâmetros de estudo da língua portuguesa no Brasil, equiparando-a não mais ao português (PE), e sim buscando entender a estrutura vernácula do português em outras ex-colônias portuguesas.

Algumas dessas pesquisas serão retomadas neste texto, mas sob um viés discursivo, buscando discutir os sentidos gerados em relação às concepções de língua a partir da política linguística implantada nos países lusófonos, mais especificamente na Guiné-Bissau, por meio da imposição de uma língua imaginária - o Português. Com tal aquisição, o sujeito falante é levado a acreditar que apenas por meio dela é capaz de acessar a educação formal e o prestígio da sociedade. Já o crioulo, enquanto a língua fluida, é visto com desprestígio e proibido de ser ensinado. Assim, cabe notar que as ideologias funcionam de modo a naturalizar os sentidos, fazendo com que os sujeitos, interpelados ideologicamente, não se deem conta de que estão sendo interpelados ideologicamente. Assim, a partir da difusão dos sentidos de que há uma

língua com maior prestígio que outra, e do funcionamento do silêncio que interdita o ensino da língua fluida, falada pelo povo, mas deslegitimada socialmente, que os sentidos de língua e sujeito são construídos. Assim, é papel da ideologia e, nesse caso, da ideologia dominante, proveniente do discurso do colonizador, permitir a compreensão de que uma língua, uma variante, seja mais aceitável que a outra, cristalizando assim, verdades aceitas socialmente. Isso porque as formações ideológicas agem através de formações discursivas de forma a controlar o que pode e deve ser dito, ações que podem levar ao apagamento de línguas e culturas por forças estigmatizantes.

Embora a língua nacional na Guiné não seja a do colonizador, a língua do ensino nas escolas continua sendo o português, o que vem suscitando movimentos sociais em defesa do ensino, valorização e normatização do crioulo guineense, haja vista que neste país há uma situação de multilinguismo. Este artigo trará uma análise sobre as formações ideológicas vinculadas ao discurso do sociólogo Spencer Embaló, idealizador do movimento *kriolofonia*, que defende o ensino e normatização do crioulo guineense. De início, serão apresentadas algumas considerações referentes ao contexto sócio-histórico de formação de variedades e línguas crioulas de base portuguesa, bem como o atual contexto multilíngue da Guiné; em seguida, uma ponderada discussão sobre algumas categorias de discussão da AD pecheutiana, para então prosseguir à análise da entrevista enunciada por Embaló. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais sobre a pesquisa.

BREVES CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO CONTATO: FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS CRIOULAS

A partir da expansão mercantilista da Europa, compreendida entre os séculos XV e XIX, o estudo sobre o contato entre línguas ganhou proporções maiores, pois a presença do europeu nos continentes americano, asiático e africano exerceu profundas mudanças tanto sociais quanto linguísticas nos povos nativos desses países.

A língua Portuguesa é língua oficial em 9 países, tal fato se deve a uma política linguística de dominação empreendida no período das grandes navegações que continua mantendo resquícios entre as antigas colônias. Como bem afirma Petter (2015, p. 306) “a grande extensão do uso do Português em quatro continentes, com um expressivo número de falantes, permite reconhecê-lo como uma língua pluricêntrica, que apresenta muitas variedades”. De

acordo com tal pesquisadora, o Português se desenvolveu com características linguísticas e identitárias próprias, sendo construídas por meio de realidades sócio-históricas específicas do processo de colonização. Em cada contexto, a aquisição do português pelos povos dominados teve circunstâncias específicas e foram elas que permitiram essa grande heterogeneidade de um mesmo idioma.

Como é sabido, uma das principais formas de dominação é feita por meio da língua. Por essa razão, uma parte fundamental da colonização foi fazer com que o dominado aprendesse a língua do dominador, para assim expandir seus projetos de exploração. No entanto, o processo de assimilação de uma nova língua não se deu de forma regular e controlada. Tomemos como exemplo os elementos integrantes na situação de contato linguístico no Brasil, a atuação dos africanos e, em menor instância, dos indígenas com a língua dos portugueses geraram alterações significativas na língua alvo, consolidando no desenvolvimento de uma variedade própria da língua, o português popular brasileiro.

Embora a distinção entre o PE e o português do Brasil (PB) sejam evidentes, ainda existe uma insistência em convergir esforços no intuito de ensinar e aprender uma suposta “língua pura”, legitimada pelo discurso escolar e por manuais de ensino. Levantando essa discussão, Castilho (2012, p. 21) evidencia a importância dos estudos de Mattos e Silva (2006) ao ponderar a suposta relação de superioridade do PE e o conseqüente desprestígio do PB:

ela mostra que durante muito tempo o padrão culto do PB correspondeu ao padrão culto do PE. Alterações na sociedade brasileira, de que resultou a ascensão das populações rurais, agora urbanizadas, neutralizam progressivamente o contraste “norma culta x norma vernácula”, trazendo-se para a escola esta última, também denominada português popular brasileiro. Mais do que isso, é o professor ele mesmo que pratica a norma vernácula, deixando de lado a norma culta das gramáticas escolares, em que não reside sua identidade linguística. (CASTILHO, 2012, p. 21)

Dessa forma, a autora delinea a importância das variedades da língua para a representação identitária de um grupo. No entanto, o padrão de norma baseado na língua do colonizador não se limitou apenas ao Brasil, mas em outros países lusófonos, como a Guiné-Bissau. Apesar de ser o Português popular a norma mais utilizada pelos falantes brasileiros, cuja aproximação com a norma culta vem se tornando cada vez mais acentuada, manuais e livros didáticos insistem em apresentar uma gramática fechada, aos moldes da morfossintaxe portuguesa, negando a presença de elementos próprios desta variedade desenvolvida no Brasil.

Quanto à formação das línguas, o contato entre elas pode gerar uma variedade crioula prototípica, por circunstâncias do contato, a partir de estágios de mudança que vão se acentuando ao longo do tempo – *jargão* - *pidgin*. Assim, a depender das circunstâncias do contato, processos de pidginização podem atuar levando ao desenvolvimento de uma nova língua, carregando influências lexicais e gramaticais das línguas de superstrato e substrato.

Todos os crioulos de que temos conhecimento convivem, no mesmo espaço ou em espaços adjacentes, com diversas línguas, nativas ou não. Pelo menos uma delas é o *superstrato*, como o português na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe [...]. É, portanto, a língua lexicadora, dominante, dos ex-senhores coloniais. As outras podem ser línguas de *substrato*, isto é, as línguas dos povos dominados que entraram em contato com os colonizadores. (COUTO, 1996, p. 53)

O crioulo surge da necessidade de comunicação emergencial entre um grupo falante de uma língua dominante com falantes adultos de várias línguas ininteligíveis. Dois aspectos são fundamentais para se compreender essa nova língua, fruto desse contato, sempre haverá uma língua de superstrato e outra de substrato. A primeira é responsável por fornecer o léxico, ou seja, o vocabulário; enquanto a segunda fornece a estrutura gramatical. São características da região onde foi desenvolvida uma língua crioula apresentar uma situação de *diglossia*, termo cunhado por Ferguson (1959) para designar que nesse contexto duas línguas sempre apresentarão maior concorrência, sendo uma altamente valorizada e a outra não.

Existem contextos específicos que propiciam o surgimento de uma língua crioula, geralmente a sua gênese está associada a ilhas, ou seja, situações demográficas de isolamento, como os quilombos, fato que não favorecia o contato consistente com a língua do colonizador e a necessidade de promover a comunicação entre línguas ininteligíveis. Há quem defenda que o crioulo não possui *status* de língua, isso em função da sua gramática simplificada, da morfologia dos verbos e da ausência de marcas de gênero e número. Entretanto, o conceito de transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2010) é capaz de explicar ambos processos, tanto as línguas crioulas quanto alterações decorrentes do contato.

O CONTEXTO MULTILINGUE DO CRIOULO GUINEENSE

A Guiné-Bissau está localizada na costa ocidental do continente africano, possui uma população estimada de 1 759 159 habitantes, distribuídos numa área de 36 125 Km².



Figura 1 – Localização geográfica da Guiné-Bissau¹

Assim como outras ex-colônias portuguesas, a Guiné-Bissau tem como língua oficial o Português que é a língua do ensino, do acesso à cultura e dos meios de comunicação, porém apenas cerca de 0,03% da população a falam. Entretanto, a língua fluida, a que possui mais locutores e se faz presente no cotidiano dos guineenses não possui o mesmo *status* da língua do colonizador, sendo o crioulo a língua que une os diferentes grupos étnicos falantes de mais de vinte línguas africanas lá existentes:

nem o português e nem o crioulo são línguas maternas da maioria dos guineenses. Com efeito, as línguas africanas (pertencendo à família das línguas nígero-congolesas) são a primeira língua das diferentes comunidades, através das quais se transmitem os conhecimentos ancestrais, as tradições e a identidade comunitária (EMBALÓ, 2008, p. 102).

O crioulo se apresenta assim como a língua franca, responsável por promover a comunicação entre os falantes oriundos das diferentes etnias e também os une enquanto povo, sendo, dessa forma, a língua nacional. No quadro abaixo é apresentado uma parte do panorama linguístico da Guiné, conforme COSTA (2014):

Língua	Nomes alternantes	Família	Porcentagem de falantes na Guiné-Bissau	Número de falantes na	Situação linguística
--------	-------------------	---------	---	-----------------------	----------------------

¹ Fonte: < <https://greenwichmeantime.com/time-zone/africa/guinea-bissau/map-guinea-bissau/>>. Acessado em: 6 de Set. de 2017.

				Guiné-Bissau	
Português	—	Românica	0,03 %	500 falantes como L1 (2012)	Oficial/ Institucional
Banyum	Bagnoun, Bainuk, Banhum, Banyuk, Banyun, Banyung, Elomay, Elunay, Guñuun, Bainouk	Atlântico	0,6 %	8.860 falantes (2006 World Factbook)	Em vigor
Crioulo da Guiné-Bissau	Guinea-Bissau Creole, Kiryol, Portuguese Creole	Crioulo de base lexical portuguesa	13,54 % (como L1) 39,45 % (como L2)	206.000 falantes como L1 (2006 World Factbook)- 600.000 ou mais falantes como L2	Em desenvolvimento
Manjaco	Kanyop, Mandjaque, Mandyak, Manjaca, Manjack, Mandjack, Manjaku, Manjiak, Mendyako, Ndyak	Atlântico	12,09 %	184.000 falantes (2006 World Factbook)	Em desenvolvimento

Quadro 1- Parte do panorama linguístico da Guiné-Bissau² (2006)

Segundo Costa (2014, p. 58), as 22 línguas convivem numa situação confusa, pois não há uma distinção entre o que seria variedade ou dialetos de uma mesma língua. Isso porque a diversidade cultural no país é grande, implicando diretamente na língua.

² Fonte: COSTA (2014). Disponível em:

<<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13296/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Paula%20Mendes%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y%3E>>. Acessado em: 6 de Set. de 2017.

Etnias	Populações	Porcentagem
Balantas	160.296	31,5 %
Fulas	108.402	21,3 %
Manjacos	71.712	14,0 %
Mandingas	68.752	13,6 %
Papéis	36.341	7,2 %
Mancanhas	16.300	3,3 %
Beafadas	11.581	2,3 %
Bijagó	10.332	2,0 %
Felupes	8.167	1,6 %
Baiotes	4.373	0,8 %
Nalus	3.009	0,6 %
Outros	9.715	1,8 %

Quadro 2: Principais etnias da Guiné-Bissau³ (SILVA, 2000)

Dentre as 22 línguas da Guiné, uma é oficial e institucional, as demais estão em vigor e desenvolvimento, há algumas até ameaçadas. Diante deste contexto de multilinguismo, há a emergência de uma língua unificadora capaz de permitir a comunicação e o acesso à educação. O crioulo guineense, kriol, cumpre muito bem esse papel, pois mais de 15% da população o têm como primeira língua e 44,3% como segunda, contra 13% falantes do português, tanto como primeira quanto como segunda língua. No entanto, é a língua do colonizador a única permitida na escola, negando a importância tanto das línguas maternas- línguas étnicas- quanto do crioulo.

O crioulo da Guiné-Bissau, resultante do contato entre portugueses e oeste africanos, desenvolveu-se de forma consistente nos centros urbanos; a partir de 1920 "ele passou a ser estigmatizado e sua utilização passou a ser proibida pelas autoridades coloniais" (EMBALÓ, 2008, p. 103). Recebendo rótulo de língua "não civilizada" em oposição ao prestígio atribuído ao português, esta situação prevaleceu até a independência do país em 1974, por força política do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após a independência, o crioulo se generalizou, conseguindo o estatuto de língua nacional, porém,

³ Fonte: SILVA (2000). Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2011/06/pdf_bijagc3b3s.pdf>. Acessado em: 6 de Set. de 2017.

apesar de tentativas de introduzi-lo no sistema de ensino, não foi possível alcançar este resultado, devido à "deficiente preparação dos próprios professores, passando pela falta de materiais didáticos e o facto do crioulo [...] não ser necessariamente a língua materna dos aprendentes" (EMBALÓ, 2008, p. 103)

PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO PECHEUTIANA (AD)

A AD concebe a linguagem como "a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social" (ORLANDI, 2005, p. 15). O discurso está nesse entremeio, à medida que permite ao sujeito enunciar a partir de posições sociais determinadas. Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p.166), "a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico", por isso, é inegável a eficiência da ideologia, à medida que conduz ao assujeitamento por meio do discurso. Desse modo, o sujeito, ao produzir linguagem, pode ser levado à crença de posse e controle sobre os efeitos de tudo o que diz, no entanto, sempre há a possibilidade de outros sentidos, pois a AD coloca em jogo o político, o simbólico e o ideológico. Por conseguinte, não trabalha com a língua na sua dimensão abstrata e, sim, com a língua no mundo, resgatando a sua historicidade, que até então não era considerada.

É sob a inserção do paradigma discursivo que Pêcheux lança as bases da teoria do discurso, dando atenção especial às relações ideológicas ocultadas no discurso. Todo discurso é uma construção social e não individual, pois ele indica a visão de mundo de determinado grupo existente na sociedade. Há um controle que rege a produção dos discursos. Não se pode dizer tudo! A seleção de palavras feita por sujeitos que querem expressar situações semelhantes nunca irá significar as mesmas coisas. É nesse jogo, mediado pela linguagem, que se manifesta "uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, essa nova forma de conhecimento coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, [...] interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam" (ORLANDI, 2005, p. 16).

O sujeito que produz linguagem acredita que possui autonomia e controle real sobre o que diz, crê que é a origem do dizer e que é livre para dizer o que quer. Imagina que as palavras são suas e que controla o sentido das mesmas. Contudo, conforme nos diz Orlandi:

O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzindo nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. (ORLANDI, 2001, p. 19).

Ao analisar as condições pelas quais o discurso é produzido, seja por meio do seu contexto imediato ou pela situação sócio-histórica que é retomada, o papel da ideologia estará sempre imbricado. Ainda que não perceba o modo como o histórico e o social estão presentes, eles ali produzem sentidos seja por ou para os sujeitos. Uma questão pode ser levantada para facilitar a preponderância das condições de produção para a análise dos discursos presentes nos diferentes textos: por que certos posicionamentos são aceitos em determinadas circunstâncias e condenados em outras? Ou melhor, por que é possível afirmar algo em um contexto que não é aceitável em outro?

MEMÓRIA DISCURSIVA

Para que as palavras possam ter sentido, é preciso relacioná-las a outros já-ditos. Não se pode dizer algo totalmente novo, pois sempre se estabelecem relações de sentido com o que já foi dito em outro lugar sobre determinadas condições de produção. De acordo com Pêcheux (2010):

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

A condição da linguagem é a incompletude. Em um texto não se fornece todas as informações necessárias para promover a compreensão, pois o sujeito realiza escolhas reguladas por determinada formação ideológica. Dessa forma, o funcionamento do discurso se dá mediante processos de repetição que mantêm entre si relações de sentido. “A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 53). É a memória que permite a lembrança, a repetição, pois está na base da produção discursiva e restrita ao que pode e deve ser dito em uma formação discursiva.

FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Antes de tratar desses dois conceitos importantes para a AD, é imperioso compreender o papel da ideologia. Ela é a condição que constitui os sujeitos e os sentidos. Orlandi (2005 p. 46) diz que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. A forma como esta consegue se camuflar no interior do próprio discurso é fundamental para constituir o sujeito, ou seja, o indivíduo ocupa a posição de sujeito pela ideologia.

Segundo Pêcheux (2009, p. 152), “o conceito de ideologia em geral permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’, isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza”. Dessa forma, a ideologia é o efeito que transmite a “ilusão de transparência, de obviedade dos sentidos”. Toda organização possui formas de controle de interpretação, que são historicamente determinadas. Orlandi (2005) ressalta que:

[...] há modos de se interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a que se delegam poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre “administrados”, não estão soltos”. (ORLANDI, 2005, p. 10)

Desse modo, é possível perceber que o trabalho da ideologia é minucioso. Os sentidos são muito bem administrados. Nesse ponto, Orlandi (2005) comunga com Althusser (1992), em seu livro *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE). Nele, Althusser discute a presença de instituições distintas e especializadas como escola, igreja, família e meios de informações, para monopolizar os sentidos e ditar o que pode ser dito e interpretado. Esses AIE são, para ele, meios e também lugar da luta de classes. Tudo é rigidamente organizado, planejado e definido pelo Estado, de tal sorte que não sobra mais nada para os cidadãos.

A melhor maneira de perceber o papel da ideologia é refletindo sobre as diversas ocasiões em que o confronto com objetos simbólicos conduz o indivíduo a buscar na interpretação possíveis sentidos. As palavras em si não possuem sentidos, mas o que elas remetem. Os sentidos são produzidos a partir da relação das palavras com as condições de produção, memória e a FD. Orlandi (2005) apresenta o conceito de FD como “aquilo que numa

formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43).

A FD dependerá da inscrição, ou melhor, da posição ocupada pelo sujeito. A ideologia ocupa um papel essencial ao materializar o discurso; assim, no discurso é possível perceber como a linguagem e a ideologia se articulam com reciprocidade.

A língua em si não é capaz de fornecer os sentidos, mas cada palavra é um fragmento de discurso, que integra uma ou mais formações discursivas legitimadas pela ideologia. Para compreender o sentido do que está sendo dito, o analista precisa observar as condições de produção, acionando a memória, o que remeterá o dizer a uma FD (e não a outra) para compreender o sentido determinado ideologicamente.

Fiorin (1993, p. 34) argumenta contra a indissociabilidade das ideias com a linguagem e afirma que as representações não existem fora dos quadros linguísticos e, por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas. Para Orlandi (2005), o discurso é um conjunto de enunciados que derivam da mesma formação discursiva. A autora diferencia o texto do discurso, sendo que o primeiro é atravessado por vários discursos, ou seja, em um mesmo texto é possível encontrar várias formações discursivas. Enquanto o texto é empiricamente um todo, o discurso é incompleto, heterogêneo devido às várias formações discursivas que se entrelaçam.

As formações ideológicas, por sua vez, “comportam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição)”. A partir de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscritas numa relação de classes, “toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

ANÁLISE DE DADOS: ENTREVISTA COM ANTÓNIO SPENCER EMBALÓ

Entre os dias 12 e 14 de maio do ano corrente, aconteceu a terceira edição da Semana de Kriolofonia na Guiné-Bissau. Este movimento é apenas uma parte do amplo objetivo que é a inclusão do crioulo no sistema de ensino, visto que um obstáculo apresentado para o fracasso da educação guineense é a dificuldade de aquisição do Português, língua oficial e obrigatória na educação formal. O material da análise foi retirado do ambiente virtual, rádio *Voaportugues*. Com duração de 16 minutos, com interferências musicais e vinhetas que foram retiradas no ato

da transcrição, segue abaixo os trechos da entrevista realizada por Amâncio Miguel (M) ao sociólogo e idealizador do evento António Spencer Embaló (E).

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA⁴

M- Na cidade de Bissau, ocorre pela terceira vez a semana da Kriolofonia. Uma ocasião em que os organizadores usam para defender a sua língua e cultura. Sobre o assunto convidamos um deles, António Spencer Embaló que diz defender e projetar a kriolofonia.

E- É uma forma de manifestação do crioulo, da língua crioula e a nossa forma de nos posicionarmos perante a língua crioula. Nós não temos dúvidas, nós, os organizadores, Universidade de Amílcar Cabral e o Centro Cultural Português, da importância educacional, social e cultural do crioulo [...]. A ideia da kriolofonia é demonstrar a mais certa importância e mostrar a forma como deve ser tratada e valorizada, de forma muito resumida, diríamos que é uma semana de manifestação de toda importância e manifestação do crioulo na sociedade guineense.

M- E o que acontece de concreto nesta semana?

E- Criamos dois momentos muito especiais que é a festa de começada e a festa de cabanada. [...]. Para a festa de começada deste ano resolvemos desafiar os músicos a criarem duetos. [...]. Também aproveitamos a oportunidade para prestarmos homenagem a duas figuras, dois ícones culturais incontroláveis do país que é a Amílcar Cabral e José Carlos Schwarz [...].

M- Os organizadores do movimento crioulo pretendem desenvolver o crioulo no sistema de educação e eliminar preconceitos?

E- Crioulo como se sabe nasceu da interação entre os portugueses e os nativos da Guiné-Bissau, é uma língua natural como outra qualquer e está sempre a apropriar-se de outros termos, de outras expressões e de outras contribuições. Mas a nossa preocupação é mais no sentido de ser ensinado e de ser valorizado. Porque ainda existe uma parcela da população que vê a utilização

⁴ A entrevista foi realizada no dia 12 de maio de 2017 pelo jornalista Amâncio Miguel durante a terceira edição da Semana de Kriolofonia e divulgada em formato de áudio no site da Rádio *Voaportugues*. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/kriolofonia-procura-unir-um-povo-crise/3849817.html>> Acesso em: 28 jul. de 2017.

da língua crioula como algo que pode ser desprestigiante e a nossa luta é exatamente o contrário, é de ver ganhos, é de ver o valor na utilização da língua e conseguir lograr um ganho é de louvar a experiência, uma vez que conseguimos fazer com que o próprio Centro Cultural Português e o Instituto Camões estivessem associados à terceira semana de kriolofonia; estão a apoiar também financeiramente, significa que vão reconhecer esse valor, reconhecer o fato de que o ensino ou a utilização do crioulo não é de forma alguma o ensino ou a aprendizagem da língua crioula. Isso é um ganho. É essa língua que queremos procurar.

M- Que argumentos tem as autoridades para não integrarem o crioulo no ensino, por exemplo?

E- De forma oficial, nunca ouvi um argumento do estado. Aquilo que vou ouvindo aqui e acolá é que ainda não há condições para ser ensinado o crioulo, porque não existem ferramentas. O que para mim é um argumento fraco, uma vez que nunca se tentou, pelo menos que tenhamos conhecimento, criar condições efetivas para pelo menos se estudar e prosseguir se existem condições para a estrutura da língua [...]

M- Em muitos países, programas de saúde usam mais as línguas nacionais para transmitir mensagens porque muitas vezes nas línguas europeias a mensagem não chega completa às pessoas. Neste caso, esta falta do crioulo pode também ajudar a Guiné em outros aspectos sociais porque as línguas transportam formas de estar, não é verdade?

E- [...] A utilização do português é uma miragem, é algo mais simbólico, é algo muito reservado à elite urbana [...]. Falta uma certa coragem política e uma certa ousadia também dos nossos representantes políticos não só no campo da cultura como no campo da educação para assumir que pelo menos deve se dar um passo no sentido de se estudar, no sentido de se criar ferramentas de ensino [...]. Não se compreende como é que o estado ainda não acordou para essa apropriação, para o reconhecimento e a valorização dessa língua como deve ser.

M- Mas também a situação política da Guiné fica a atrapalhar muita coisa?

E- A situação política é sempre um bode expiatório para quem não quer fazer. [...]. Quem não quer fazer não faz! [...] Como eu costumo dizer, eu não conheço nenhuma ferramenta cultural que tanto une os guineenses quanto o crioulo. É o que está por trás da criação da semana de kriolofonia, porque no

fundo estamos a contribuir para trabalhar aspectos da nação, daquilo que nos une, enquanto guineenses.

BREVE GESTO DE ANÁLISE

António Spencer Embaló enuncia a partir de uma posição ativista contra o projeto de colonização empreendido pelos europeus no continente africano. Os sentidos das palavras não são expressos apenas pelo que é dito, pois, “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam (ORLANDI, 2005, p. 82). Este sujeito é marcado historicamente pela escravidão, pela negação da sua língua e cultura em favor daquela imposta pelo invasor português. De início, o próprio nome do movimento reflete sentidos sobre a projeção que se deseja alcançar, sons crioulos, reunião de falares crioulos. Como já foi dito, a Guiné-Bissau possui um contexto de multilinguismo, pois além da língua do colonizador há mais de vinte línguas africanas que também convivem entre si, no entanto, o projeto para a normatização e ensino formal, não se configura em nenhuma dessas línguas que representam a cultura e diversidade étnica de determinados grupos do país, mas na língua formada a partir do contato entre portugueses e guineenses, pois o argumento de ser a língua que possui mais falantes no país foi determinante para organização de tal movimento.

Todo projeto de normatização em comunidades multilíngues, implicará em si, na valorização de uma determinada língua em detrimento a outras. No entanto, o crioulo da Guiné estabelece uma relação de "imparcialidade", pois se caracteriza por ser uma língua à parte, ou seja, nem a do colonizador, nem a dos grupos étnicos. Diante desta vasta heterogeneidade, as condições de produção do discurso, ou seja, o contexto histórico e social que embasam o discurso de Embaló indica um sentido e legitima a língua falada pelo povo da Guiné.

Ao colocarmos em evidência as condições em que surge esse discurso, começamos a compreender o seu funcionamento. Primeiramente, precisamos atentar para o lugar em que foi proferido e para a memória discursiva, que é desde sempre histórica e não individual, acionada ao se pensar em África: atraso, pobreza e não-civilização. Tais elementos que podem ser acionados a partir da memória discursiva indicam que os sentidos gerados pela ideologia do colonizador sobre o crioulo trazem elementos que o ligam à inferioridade, ao atraso e à pobreza, o que faz com que essa língua seja deslegitimada, e haja uma interdição em relação ao uso da mesma. O discurso presente na entrevista, por outro lado, representa portanto, a resistência do sujeito à ideologia do colonizador. A partir dele, o sujeito resiste a se identificar com a ideologia

de superioridade do Português, reivindicando o reconhecimento e a legitimação do crioulo, ecoando aí não apenas a voz do Sociólogo, mas também a de milhares de guineenses que reivindicam um reconhecimento da língua falada por eles. Outro acontecimento importante é a organização do evento, composta por atrações culturais que agregam valor e reconhecimento ao crioulo, o apoio e financiamento de instituições para a realização do evento evidencia o interesse político do movimento, no sentido de convergência de forças e mobilizações para sensibilizar o estado. No entanto, são instituições responsáveis pela preservação e expansão da língua portuguesa que apoiam a III Semana de *kriolofonia*. Conforme enunciado pelo sujeito, a relação de apoio entre o Instituto e o movimento em defesa do crioulo conduz ao discurso de que é por meio do crioulo que se pode chegar a dominar “a estrutura complexa da língua portuguesa”.

Apesar do sujeito apresentar outros gestos, por meio da opacidade da língua é possível perceber sentidos outros, como o de que é a *kriolofonia* uma forma de firmar as bases portuguesas no ensino formal. O enunciador recorre, neste caso, ao apoio do colonizador representado pelo Centro Cultural Português e o Instituto Camões. Neste sentido, o sujeito do discurso apesar de encenar uma saída completa, um total rompimento com a ideologia do colonizador, tal rompimento não ocorre totalmente, uma vez que ele recorre à ideia de que as instituições que representam a Língua Portuguesa no país apoiam o movimento, como se fosse necessária ainda a autorização do colonizador para legitimar o crioulo guineense. Esse movimento do sujeito indica que ele não está totalmente identificado com a ideologia do colonizador, mas também não rompe completamente com ela, o que indica um modo de constituição do sentido a partir da contradição, da crítica, da dúvida, movimento denominado por Pêcheux (2001) de contra-identificação. Pode parecer contraditório, mas de fato é esta a relação da língua com os sujeitos, interpelados de um lado pela língua e confrontados de outro pela ideologia.

A programação do evento, as apresentações musicais e poéticas são relevantes para se compreender as muitas formas de expressão do crioulo, que assim como toda língua é capaz de representar filosoficamente, poeticamente os saberes de um povo. A memória discursiva é acionada à medida que o enunciador homenageia dois sujeitos importantes para a concretização da Independência da nação, eis o sentido político do movimento. Aciona-se a memória discursiva da independência para fazer significar a relação de Amílcar Cabral com a linguagem, uma vez que ela é instrumento de poder, emancipação, libertação. As condições de produção

num sentido amplo resgatam o contexto sócio-histórico e ideológico de apagamento de uma língua e cultura já existente antes da chegada do homem branco e um apelo silencioso à comunidade para a resistência, representado pelo crioulo.

Compreendendo essa língua franca como a fusão da estrutura de duas línguas e a sua permanência como indicação de que a língua do dominador não teve força necessária para ser assimilada, seja em seu léxico ou em sua gramática, a língua crioula indica, sim, resistência à dominação, razão pela qual o ativista guineense reitera na afirmação do *status* de "língua natural". Tal afirmação revela a relação de igualdade do crioulo com outras línguas, principalmente à do colonizador, indicando que essa língua é a natural do povo guineense e atribuindo, por oposição o natural ao artificial (imposto), neste caso, representado pela língua do colonizador.

O sujeito manifesta uma posição de enfrentamento político quanto à escravização do povo guineense e da impossibilidade da educação formal com base na língua crioula. Um ranço da omissão do estado, representado pela legitimação do poder se faz exalar pelo enunciado "nunca se tentou, pelo menos que tenhamos conhecimento, criar condições efetivas para pelo menos se estudar e prosseguir se existem condições para a estrutura da língua". O uso do condicional "se" indica um movimento de contra-identificação do sujeito, de crítica à ideologia dominante do colonizador, mas sem um rompimento efetivo com esta, já que o uso do "se" indica também uma incerteza. Nesse ponto é possível perceber a atuação do Aparelho Ideológico do Estado controlando os sentidos do que e como ensinar representado pelo discurso autoritário, que impede e interdita sentidos.

"A utilização do Português é uma miragem", tal enunciado está filiado a uma sucessão de outros discursos que apontam uma formação ideológica comum, a da imposição do Português como um modelo - imaginário - que são as "línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas" (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28), "é algo mais simbólico, é algo muito reservado à elite urbana". Desta forma, é possível perceber a posição social do sujeito, dos excluídos, dos menos favorecidos que muito lutaram para conquistar um local de voz, de representação. Desse lugar social ele produz sentidos sobre o que é ser guineense numa sociedade que ainda apresenta forte ligação com a colônia.

O argumento utilizado para reivindicar uma alfabetização baseada no crioulo é encontrada na definição de língua fluida afirmada por Orlandi (1988, p. 34) "A língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através

da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção". O crioulo se apresenta assim, como a língua capaz de promover a conexão entre diversas culturas e povos, transmitindo saberes e construções discursivas que geram nos sujeitos falantes processos de identificação ou não. Impedir que os alunos utilizem a língua que dominam é limitar o seu pensamento e aprisioná-los à formação ideológica do colonizador. Os últimos períodos são cruciais para compreender o funcionamento discursivo, pois o movimento *kriolofonia* se constitui num instrumento político contra a dominação eurocêntrica instituída no país que ainda vigora no momento pós-independência.

Dessa forma, é possível perceber que o indivíduo é interpelado em sujeito a partir da identificação com os saberes da formação discursiva que concebem o crioulo como um instrumento capaz de promover o crescimento e autonomia do país. No entanto, ele ainda se encontra num movimento de tensão que o coloca entre os saberes do colonizador (regulados pelo Centro Cultural Português e o Instituto Camões) e os saberes do colonizado. A crítica, a tensão mostram que o discurso sobre o Português como língua oficial ensinada nas escolas não é homogêneo e que os sujeitos resistem à formação ideológica do colonizador. O discurso utilizado pelo sujeito para promover a mobilização de que o ensino formal com base no crioulo é a melhor forma de conduzir o crescimento do país, é legitimado a partir do sentido de união que ele promove entre os diversos grupos étnicos no país.

PALAVRAS FINAIS

Diante das discussões aqui apontadas é possível perceber a importância dos discursos para compreender sentidos construídos historicamente. Para se compreender o funcionamento discursivo, é necessário a apropriação de conhecimentos histórico-sociais dos sujeitos envolvidos. Apesar deste trabalho ser apenas um fragmento de um amplo processo sócio-histórico-ideológico, foi possível perceber a relação direta entre língua e ideologia representada pela tentativa de se reorganizar um país, fruto de contextos de exploração e imposições. A apropriação cultural é possível mediante a legitimação da língua fruto do contato entre portugueses e europeus.

Esta pesquisa não buscou apenas analisar um discurso d'além mar, fora da realidade linguística brasileira, mas suscitar questões sobre outros discursos de imposições linguísticas e

manutenção de uma norma baseada no português europeu em outros contextos, como é o caso do Brasil.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *In*: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana. **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012.

COSTA, Paula Mendes. **Descrição fonológica do crioulo guineense**. Dissertação, UFPE, 2014. Disponível em:
<<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13296/DISSERTA%20C3%87%20C3%83%20Paula%20Mendes%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

COURTINE, Jean-Jacques. “**Analyse du discours politique**”. *Langages*, n.º 62, juin, 1981.

COUTO, Hildo Honório do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: **Língua nacional e fator de identidade nacional**. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/2027/1848>>

FERGUSON, C. A. 1959. **Diglossia**. *Word* 15, 325-340.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. Ed. Ática, São Paulo, SP, 1993.

KRIOLOFONIA. **Entrevista**. *Voaportugues*. Disponível em:
<<https://www.voaportugues.com/a/kriolofonia-procura-unir-um-povo-crise/3849817.html>>
Acesso em: 28 jul. de 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP, Pontes, 6ª edição, 2005.

_____. **Discurso e leitura**. 6 ed. Campinas, SP: Cortez. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. **Política linguística na América latina**. Campinas: Pontes, 1988.

PETTER, Margarida Maria Tadonni. **Ampliando a investigação do *continuum afro brasileiro de português***. PAPIA, São Paulo, 25(2), p. 305-317, Jul/Dez 2015. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/2186/pdf>>

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). **Papel da Memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 49-57.

_____. (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SILVA, Dilma de Melo. **Por entre as Dórcades Encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.